

Tales Faria

Para Alcolumbre, empresários e governo ditarão quando cairá a 6x1

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), não pretende mesmo apressar a votação da derrubada da jornada de seis dias semanais de trabalho por um de descanso (6x1). Ele convenceu o Palácio do Planalto de que o ritmo de tramitação da proposta depende da capacidade de articulação do próprio governo.

No dia 26 de maio, quando recebeu representantes de entidades empresariais em seu gabinete, liderados por Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Alcolumbre garantiu que não apressará a tramitação no Senado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovada na Câmara e que estabelece a jornada 5x2.

Admitiu aos empresários que o assunto “é complexo”. Disse que irá tratá-lo “com a devida importância, a devida calma, a devida profundidade”. Não deu detalhes da tramitação, mas deu a entender que estava estudando submeter esta e outras PECs sobre o mesmo tema a uma comissão especial.

Afirmou que, assim como o governo, também caberá à capacidade de articulação dos empresários o ritmo de tramitação da proposta no Senado. Além da PEC enviada pela Câmara, senadores de oposição apresentaram uma outra, que propõe a flexibilização da jornada por acordos entre empresários e trabalhadores.

O presidente do Senado já despachou a PEC da oposição para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas, depois do encontro com os empresários, em entrevista coletiva de imprensa, afirmou que o assunto merece ser analisado “por comissões”.

Não há no Regimento Interno do Senado nada que determine a análise de emendas consti-

tucionais por mais de uma comissão. O presidente da CCJ, Otto Alencar, (PSD-BA), defende que o texto passe apenas por sua comissão, como é o costume na Casa.

Já o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, lembrou em entrevistas nessa terça-feira, 9, o seu périplo pelo Congresso acompanhado de representantes de entidades empresariais após a aprovação da PEC pela Câmara, quando voltou a conversar com senadores sobre a jornada 6x1.

Skaf afirmou ter se reunido pessoalmente diversas vezes com senadores, inclusive Alcolumbre, e avaliou que considera o ambiente na Casa como “mais responsável do que o que prevaleceu na Câmara”.

“O que eu sinto no Senado é que ele está bastante sensível e consciente da necessidade de fazer uma discussão responsável, preocupado com o futuro do Brasil e das famílias brasileiras, e não com as urnas dos próximos meses”, disse. Segundo ele, a Câmara acelerou a votação “por um interesse claramente político”.

Os empresários pediram ao presidente do Senado que a votação ocorra após as eleições. Mas Alcolumbre não deu garantias. Disse que dependerá de eles convencerem os parlamentares.

Em encontro nesta terça-feira com o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, o presidente do Senado repetiu a argumentação. Disse que o ritmo de tramitação dependerá da capacidade de negociação do governo. Mas reafirmou que não pretende atrapalhar.

Não era bem isso o que o Palácio do Planalto esperava. Mas o jeito é colocar mãos à obra.

Fernando Molica

Com igreja e sem impostos

Cansado de pagar impostos? Seus problemas acabaram: funde uma igreja e repasse a conta para os sem-igrejas, que passarão a cobrir o rombo que você deixará nas contas públicas.

Hoje, templos religiosos — de qualquer crença — são isentos de IPTU, ITBI, IPVA, ISS, PIS, Cofins e, em alguns casos, do imposto de renda. Caso o Senado aprove a proposta de emenda constitucional que já recebeu o sim da Câmara, a isenção vai ficar ainda maior: você terá abatimento nos impostos embutidos em produtos e serviços supostamente necessários à prática religiosa.

De acordo a PEC, apresentada pelo deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), você ficará livre de tributos relacionados à formação de patrimônio, geração de renda e prestação de serviços para sua igreja. Ou seja: nada de impostos sobre o carro — ou helicóptero ou jatinho — que você comprar ou sobre o material adquirido para construir seu imóvel (você não vai abrir mão de morar no seu templo, né?). A ceia também ficará mais barata: nada de tributos sobre pratos, talheres, panelas, gás e gêneros alimentícios.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, colocou a discussão no ponto essencial. Caso seja aprovada, a PEC das Igrejas vai gerar aumento de um ponto percentual na já alta alíquota prevista para o Imposto Sobre Valor Agregado, criado pela reforma tributária. O percentual subiria de 27,5% para 28,5%.

Não tem milagre: o imposto que não é pago por João será pago por Francisco. A isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil só foi possível graças a uma taxa adicional dos mais ricos.

No Brasil, governar com frequência se confunde com a prática de distribuir incentivos fiscais.

Setores mais organizados e poderosos tradicionalmente conseguem leis que diminuem seus tributos. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, só este ano deixarão de pagos cerca de R\$ 900 bilhões em impostos. Para a entidade, R\$ 620 bilhões são privilégios concedidos a diferentes grupos — beneficiários do Simples Nacional, empresas da Zona Franca de Manaus, gigantes do agronegócio.

Diferentemente de países mais justos, que cobram mais impostos de quem têm mais dinheiro, a tributação no Brasil é muito focada no consumo, algo que pune principalmente os mais pobres: o imposto que incide sobre uma camisa é igual para todo mundo.

Prevista pela Constituição, a não cobrança de impostos a entidades religiosas e templos de qualquer culto representa um subsídio pago por todos nós, fiéis ou não. Até o contribuinte ateu é obrigado a sustentar a fé alheia.

Na Alemanha é contrário: católicos e evangélicos pagam um imposto adicional para bancar suas igrejas. Seria complicado e politicamente inviável fazer isso no Brasil, mas é absurdo distribuir sobre toda a população a responsabilidade de sustentar a fé alheia.

A nova isenção ainda contribuiria para outra forma de concentração de renda: quanto mais rica uma religião ou denominação, maior será seu benefício. A liberdade religiosa é fundamental, mas a fé não pode remover grana dos bolsos alheios.

EDITORIAL

A Copa do Mundo fora das quatro linhas

A Copa do Mundo de 2026 foi apresentada como a celebração máxima da integração entre nações. Organizada conjuntamente por Estados Unidos, México e Canadá, a competição deveria simbolizar cooperação, mobilidade e encontro entre culturas. No entanto, os acontecimentos recentes envolvendo delegações, autoridades esportivas e países participantes revelam um cenário preocupante que a FIFA insiste em ignorar.

Nos últimos meses, episódios constrangedores colocaram em dúvida a capacidade dos Estados Unidos de oferecer o ambiente de neutralidade e acolhimento que um evento esportivo dessa magnitude exige. A deportação de um árbitro somali, a revista da delegação do Senegal ainda na pista de um aeroporto e as restrições que atingem cidadãos de determinados países demonstram que questões migratórias e de segurança interna estão se sobrepondo aos compromissos assumidos com o futebol internacional.

O caso do Irã é ainda mais emblemático. Diante das limitações para permanência em território norte-americano, a seleção corre o risco de ter sua logística comprometida, sendo obrigada a se deslocar constantemente a partir do México para cumprir partidas realizadas nos Estados Unidos. Não é apenas uma questão diplomática. Trata-se de uma evidente quebra do princípio de igualdade compe-

titiva. Enquanto algumas equipes poderão permanecer instaladas próximas aos locais de jogo, outras enfrentarão viagens adicionais, desgaste físico e dificuldades operacionais que nada têm a ver com desempenho esportivo.

Diante desse quadro, causa estranheza a passividade da FIFA. A entidade tem demonstrado enorme rigor para intervir em calendários, sedes e regulamentos quando seus interesses comerciais ou políticos estão em jogo. Porém, quando surgem fatores que podem afetar diretamente a experiência dos atletas, das delegações e do próprio público, prevalece o silêncio.

Ainda há tempo para agir. A revisão da tabela, a concentração de jogos de determinadas seleções em sedes específicas ou mesmo a redistribuição de partidas entre os três países organizadores seriam alternativas razoáveis para reduzir riscos e evitar novos constrangimentos. Ignorar o problema não fará com que ele desapareça.

A Copa do Mundo não pode se transformar em uma vitrine de barreiras migratórias, suspeitas diplomáticas e tratamentos desiguais. Se a FIFA pretende preservar a credibilidade de seu principal torneio, precisa reconhecer que a realidade política também influencia o futebol. Caso contrário, o espetáculo corre o risco de ficar marcado não pelos gols e pela festa das torcidas, mas pelos vexames que poderiam ter sido evitados.

Opinião do leitor

Namorados

Namorar é viver encantado e feliz. São os laços da ternura com o belo. São gestos suaves anunciando o amor. É o sorriso permanente. É a tolerância oferecendo flores para o amanhecer. É a energia sublime dividindo emoções com a pessoa amada.

Vicente Limongi Neto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.